

Editorial nº 19, Julho/2019

Em 2014 comemorávamos os cinco anos da nossa Revista. Naquele momento, refletíamos sobre os avanços e desafios na manutenção de um periódico científico na área de História, comprometido com a democratização do conhecimento numa perspectiva não-eurocêntrica e antirracista. Afirmávamos que: “A educação no Brasil, mesmo com todos os avanços, continua um privilégio de classe e étnico racial. O conhecimento histórico[...] é central para se manter os “pés no chão” e a utopia em alta!”

Em cinco anos o que mudou? Se os sinais de uma profunda crise política e econômica estavam presentes naquele momento, nas universidades públicas federais em todo o Brasil, vivíamos a “doce ilusão” de que nossas lutas poderiam ser vividas ainda, por muito tempo, dentro de um certo “jogo democrático”. Tínhamos em mente que aqueles avanços no campo da educação pública seriam mantidos e ampliados, na medida que continuássemos a realizar o aprofundamento do acesso às universidades, nos esforçando para que o ensino básico e médio alcançasse o mesmo nível de qualidade e valorização do ensino superior, realizando pesquisas e atuando em extensão. Em 2016, o golpe parlamentar e jurídico pactuado pelas elites abriu caminho para o avanço da extrema-direita no país. Foram aceleradas as políticas econômicas neoliberais que atingiram fortemente os direitos constitucionais. Os ataques aos direitos trabalhistas, previdência e agora ao direito à educação superior pública e gratuita somam-se à violência física e simbólica contra os movimentos sociais. Especialmente dos povos indígenas, das mulheres e dos LGBTs. Em 2018, a vereadora Marielle Franco do PSOL foi brutalmente assassinada junto com o motorista Anderson Gomes. Até hoje não foi identificado o mandante do crime. Enquanto isso, a presidência da república é ocupada por um político com suspeitas ligações familiares com as milícias, executantes do assassinato.

Hoje, em 2019, apesar de abatidos pelas seguidas derrotas, ampliamos a rede de resistência em favor da democracia; em especial, em defesa da educação pública superior. Os protestos, as manifestações e o reforço das organizações populares e dos trabalhadores têm sido as estratégias adotadas em diferentes âmbitos da sociedade brasileira. É fundamental nos mantermos organizados diante de um quadro político e econômico que

continuará a piorar nos próximos anos. Não temos ilusão da gravidade deste período histórico.

A nossa resistência não é passiva. Continuaremos a produzir conhecimento histórico, como, de fato, o fizemos nos últimos anos. Conhecimento crítico e democrático. Em nove anos conseguimos melhorar constantemente a qualidade da revista. A migração da página para o SEER, utilizando o sistema OJS, nos permitiu incluir a revista, de modo mais eficaz, aos indexadores internacionais; com o apoio financeiro da FAPEAL, elaboramos uma nova identidade visual, inserimos números DOI nos artigos, fizemos tradução dos textos publicados e melhoramos a divulgação. Este esforço resultou no aumento do acesso e na elevação do *Qualis*.

Assim, é inspirador para as nossas lutas esta edição. Abrimos o número II da Crítica Histórica com o Dossiê “*História das mulheres e das relações de gênero*” organizado pelos professores Elias Ferreira Veras e Raquel Parmegiani. Os artigos e as resenhas que o compõem incorporam os debates historiográficos mais atuais sobre o tema e se posicionam na luta pelos direitos humanos.

A sessão de fluxo contínuo, por sua vez, também é exemplar nos temas que estão, atualmente, sob ataques e em disputa. “*Quando os ventos da convivência chegam, varrem e semeiam que “o Nordeste é viável*”, de Almair Moraes de Sá debate a elaboração dos discursos sobre a seca, nos anos 1990, em que as disputas pelos sentidos da região estão relacionadas às políticas públicas para o semiárido brasileiro. Rodrigo José da Costa, no artigo intitulado “*Um planetário de obstáculos: O PCB, o Sindicalismo e os Movimentos Sociais em Alagoas (1980-1990)*” examina as relações do Partido Comunista Brasileiro com o sindicalismo e a criação das centrais sindicais em Alagoas, estabelecendo relações mais amplas sobre os desafios vividos pelos movimentos sociais no Brasil, nas décadas da redemocratização. Por fim, João Paulo França, ao discutir “*As ruas no processo de disputa da memória coletiva: a nomeação e renomeação dos logradouros públicos no século XXI e suas implicações históricas e cotidianas*” demonstra como a elaboração de uma memória social é conflitiva no espaço urbano.

Para encerrar, agradecemos sempre com muito carinho nossos leitores, autores e avaliadores que participaram conosco e estiveram ao nosso lado nestes anos. Sabemos, com certeza, que continuarão presentes no futuro. Vale lembrar, nosso futuro não está à venda! Seguimos juntos...

Maceió, 04 de agosto de 2019

Irinéia Maria Franco dos Santos

Michelle Reis de Macêdo

Pela equipe editorial

“Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (Paulo Freire)